

AS PROPOSTAS E PROJETOS DO GOVERNO PROVINCIAL PARA COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO NO ALVORECER DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Rodrigo da Silva Goularte¹

RESUMO

O presente artigo apresenta os dados retirados da fonte histórica *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, escrit por Ignacio Accioli de Vasconcellos. Tais dados referem-se à instrução pública, como a educação era chamada no Brasil do século XIX, desse modo, as referidas memórias relatam quase todos os anos da gestão de Vasconcellos à frente da presidência da província do Espírito Santo (1824 a 1829). Por meio dessas informações, são discutidas as propostas e os projetos do governo provincial para com a instrução pública no Espírito Santo no alvorecer do Império Brasileiro. O cenário apresentado por Vasconcellos revela que essa região do Império Brasileiro, nesses anos, não destoava da realidade nacional: poucos e mal remunerados professores e ausência de uma estrutura educacional básica estabelecida, tendo como grande consequência as altas taxas de analfabetismo.

Palavras-chave: Instrução pública. Governo provincial. Espírito Santo.

THE PROPOSALS AND PROJECTS OF THE PROVINCIAL GOVERNMENT FOR PUBLIC INSTRUCTION IN ESPÍRITO SANTO AT THE DAWN OF THE BRAZILIAN EMPIRE

ABSTRACT

This article presents data from the historical source *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo* [Statistical Memories of Espírito Santo Province] written in 1828 by Ignacio Accioli de Vasconcellos. These data refer to “public instruction”, as education was called in Brazil in the nineteenth century. Thereby, this memory reports almost every year of Vasconcellos administration in front of the presidency of the Espírito Santo province (1824 to 1829). Through these informations, the proposals and projects of the provincial government for public instruction in Espírito Santo at the dawn of the Brazilian Empire are discussed. The scenario presented by Vasconcellos reveals that this region of Brazilian Empire, in these years, did not deviate from the national reality: few and poorly paid teachers and the absence of an established basic educational structure, having as consequence the high rates of illiteracy.

Keywords: Public instruction. Provincial government. Espírito Santo.

¹ Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina, Colatina - ES. (*) rodrigogoularte@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é a apresentação dos primeiros resultados da pesquisa intitulada *História da Educação no Espírito Santo (1829 – 1922): poderes e saberes*, aprovada pelo edital 4 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) de 2018, com vigência de dois anos (2018 e 2019). O referido projeto de pesquisa tem como escopo analisar as tramas políticas que envolveram a instrução pública – termo utilizado para a educação formal no período em tela – na província do Espírito Santo (assim chamada até 1889, ano da proclamação da república), posteriormente intitulada estado do Espírito Santo. Quando se fala em educação formal ou instrução pública, no Império do Brasil, refere-se aos três níveis da estrutura educacional estabelecidos pela constituição de 1824 e pela legislação de 1827. O primeiro nível designava o primário, competia à instrumentalização técnica (escola de ler e de escrever), o segundo nível tratava-se do ensino secundário, o qual ocupava-se das aulas régias; e o terceiro nível, por fim, tratava-se do ensino universitário (RIBEIRO, 1992). No caso do Espírito Santo, em praticamente toda a extensão do recorte temporal da pesquisa, o ensino superior não foi uma realidade, só se instalando no ano de 1929 (COUTINHO, 1993).

Tais intentos estão estruturados na pesquisa em quatro eixos temporais. O primeiro eixo analisará as relações/projetos políticos do poder instituído no Espírito Santo com a realidade escolar nos anos de 1829 a 1850. O segundo eixo fará essa mesma análise, mas no recorte temporal que vai de 1851 a 1869. O terceiro eixo, a seu turno, se dedicará à investigação da alfabetização na então província do Espírito Santo nos anos 1870 a 1889. E o último eixo, por fim, estudará a formação das escolas na cidade de Colatina nas primeiras décadas do século XX.

A investigação desenvolvida neste estudo tem recortes temático, temporal e espacial. Em termos de tema, os estudos serão direcionados ao universo da política institucional, relacionada à instrução pública, desse modo, busca investigar como o poder regional instituído projetou e agiu em relação à estruturação da instrução pública no Espírito Santo. Em relação à temporalidade, escolheu-se o período do Império e boa parte da primeira República Brasileira, recorte esse incluído no chamado “longo século XIX”, período delimitado entre meados do setecentos e as primeiras décadas do novecentos (SEO, 2015). Essa escolha se deu em virtude desse período ser marcado pela construção/consolidação do Estado brasileiro, entendendo-se como um recorte interessante para pensar os projetos do poder público vinculados à educação, uma vez que nessa época o poder institucionalizado autônomo se organizava no Brasil. No que se refere à espacialidade, optou-se pelo estudo do Espírito Santo, sendo, portanto, um trabalho de História Local, entendida como “uma delimitação temática mais ou menos inclusiva em função das particularidades que se queira determinar, no âmbito do espaço social e temporal escolhido”, não sendo um “estudo isolado da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral”, ou seja, conforme Carlos

Henrique de Carvalho, esta investigação propõe fazer uma História da Educação brasileira com ênfase no Espírito Santo (CARVALHO, 2007, p. 54). Dentro da especificidade do Espírito Santo, a seu turno, será analisada a realidade dessas relações de poder institucional e de instrução pública na região de Colatina na Primeira República. Desse modo, a investigação fará duas variações de escala: do nacional para o provincial/estadual e desse último para a cidade.

Observando-se a produção acadêmica dos últimos anos em relação à História da Educação no Espírito Santo, no século XIX e no início do século XX, é possível perceber a ausência de trabalhos (dissertações, teses, livros e artigos de periódicos científicos) que tratem das relações entre o poder institucional do Espírito Santo e a instrução pública com enfoque nas tramas políticas intrínsecas àquele poder. Os trabalhos sobre a temática da História da Educação nessa região e período em tela dedicam-se às dimensões como metodologias de ensino e relações sociais dentro da escola, sendo que o contexto político que envolve a instrução pública é colocado de forma a introduzir o objeto em questão, mas não como um objeto em si a ser estudado. Isto posto, conclui-se que, nessas produções, o político aparece como um cenário em que a educação está inserida.

Este é o caso da tese de doutorado defendida por Dirce Ferreira, em 2015, a qual analisa o método lancasteriano no ensino público do Espírito Santo de 1827 a 1860. Esse trabalho dedica-se a provar a existência do referido método de ensino, comum na educação brasileira do oitocentos, na instrução pública da província do Espírito Santo. As dimensões política e econômica da então província são colocadas como pano de fundo do objeto pesquisado. Nesses termos, são destacados o isolamento físico e político da província em relação ao Brasil, o que teria levado também ao “isolamento educacional”. Ferreira aponta diferentes fatores que levaram a essa segregação, a título de exemplo, cita-se a “inércia do poder público” (FERREIRA, 2015). É imperativo elucidar que os projetos e as ações desse poder, qual seja o governo provincial, serão o cerne desta investigação proposta.

Tendo o trabalho de Ferreira como parâmetro de comparação, esta pesquisa se propõe a descobrir a existência, ou não, dessa inércia e os motivos políticos para a paralisia, ou não, do poder regional em relação à instrução pública. A ausência de trabalhos, nos últimos anos, que investiguem especificamente a educação no século XIX a partir das tramas políticas do poder institucional pode ser fruto da fase vivida pela História da Educação Brasileira a partir da década de 1980, quando “[...] proliferam os estudos que impõem temporalidades próprias e estreitamente ligadas aos fenômenos educativos [...] substituindo as grandes demarcações da história política pelos marcos internos do campo educacional ligados às especificidades dos objetos investigados”, conforme Denice Catani (CATANI, 2017, p. 14). Assim, a educação (ou instrução pública, conforme era chamada no século XIX) é analisada a partir dos anos 1980, conforme Catani, considerando suas dinâmicas internas. Alguns trabalhos das décadas de 1990 (RIBEIRO, 1992; COUTINHO, 1993;

BASTOS, 1997), de 2000 (GUIRALDELLI, 2009) e de 2010 (ROMANELLI, 2010), por outro lado, vão à contramão da demarcação da História da Educação por uma temporalidade intrínseca a ela, mas, pelo contrário, apresentam a educação brasileira no século XIX delimitada por marcos políticos, sendo os principais: expulsão dos jesuítas (segunda metade do século XVIII), vinda da família real (1808), independência (1822), Ato Adicional (1834) e fim do Império (1889).

Portanto, nas duas décadas passadas, o político não saiu totalmente de cena nos estudos de História da Educação Brasileira, pois aparece, pelo menos, enquanto divisor dos processos históricos. Não se pretende, neste artigo, trancafiar novamente a História da Educação dentro dos marcos políticos. Nem, por outro lado, pensar a instrução pública como uma variável totalmente autônoma em relação ao poder institucional, mas se busca entender os laços político-institucionais que a envolviam, tendo como objeto do estudo de caso a província do Espírito Santo, no século XIX. Algumas investigações recentes têm caminhado na direção desse diálogo de mão dupla entre o poder instituído e a educação no oitocentos, como é o caso do trabalho de Alberto Damasceno (2017). Em artigo publicado em 2017, o investigador analisa a instrução no Grão-Pará imperial apontando a falta de recursos para a instrução provincial, realidade vivida em todo Império, o que já foi indicado por toda a historiografia dos anos 1980 a 2010 que se debruça sobre a educação brasileira no período recortado. Para além dessa abordagem, Damasceno também analisa o “intenso debate acerca da educação – levado a efeito no século XIX – no âmbito das províncias brasileiras” (DAMASCENO, 2017, p. 41). A presença de uma seção para a Instrução Pública nos relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo indica que esse debate também acontecia neste recorte do Império do Brasil. A pergunta que esta pesquisa se propõe a responder, todavia, refere-se às relações políticas construídas dentro do poder institucional que direcionaram esse debate a projetos e práticas específicos.

Nesses termos, a investigação proposta à FAPES tem como objetivo geral analisar os personagens e os processos políticos condutores dos projetos e das práticas relativos à instrução pública na província do Espírito Santo no período de 1829 a 1922; e como objetivos específicos 1) analisar os projetos para a instrução pública, delineados pelo poder institucional da então província do Espírito Santo dos anos 1829 a 1850; 2) averiguar as relações de poder que envolviam a instrução pública da então província do Espírito Santo nos anos 1851 a 1869; 3) compreender como se deu a alfabetização na então província do Espírito Santo nos anos 1870 a 1889; e 4) entender a formação das escolas na cidade de Colatina nas primeiras décadas do século XX.

Este artigo, a seu turno, apresenta os primeiros resultados dessa pesquisa ainda em seu início. Até agora os componentes deste projeto se dedicaram à discussão de bibliografia concernente ao tema investigado e se debruçaram sobre o documento *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, compiladas por Ignacio Accioli de

Vasconcellos, o primeiro presidente da província do Espírito Santo após a independência do Brasil. Conforme o cronograma da proposta original de pesquisa, o primeiro semestre de 2018 está sendo dedicado ao estudo bibliográfico, mas os pesquisadores já estão em contato com o corpus documental. Neste espaço, portanto, serão apresentados e discutidos os dados retirados dessas memórias referentes à instrução pública na província do Espírito Santo nos seis anos de mandato de Vasconcellos (1824-1829). É um período fora do recorte temporal da pesquisa (1829-1922), mas julga-se importante para o entendimento do Espírito Santo em fins da década de 1820, período em que se inicia a investigação do projeto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, serão analisados os relatórios produzidos pelos presidentes de província do século XIX até as primeiras décadas do século XX. As produções feitas entre 1829 e 1850 serão exploradas com a intenção de compreender os projetos do governo provincial instituído para a instrução pública no processo de formação do Estado brasileiro, com suas especificidades no Espírito Santo. Acerca dos relatórios produzidos de 1851 a 1869, por sua vez, a inquirição visa ao entendimento das relações de poder que envolviam a instrução pública no momento da consolidação do Estado brasileiro, com suas peculiaridades no Espírito Santo. Já o estudo dos relatórios datados de 1870 a 1889 direciona-se à compreensão de como se dava a instrução pública na província em tela nas décadas finais do Império Brasileiro. Por fim, a análise dos relatórios de 1890 a 1922 dedica-se à compreensão da formação das primeiras escolas na cidade de Colatina, onde se localiza o campus Itapina do Instituto Federal do Espírito Santo, instituição que acolhe os proponentes desta pesquisa. Esses documentos encontram-se todos digitalizados no site do *Center for Research Libraries* (conforme o link: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo), este trata-se de um consórcio de instituições de ensino e pesquisa dos Estados Unidos, fundado em 1949, com a finalidade de adquirir e preservar recursos tradicionais e digitais para pesquisa e ensino. Além desses relatórios disponíveis em mídia digital, também serão analisados documentos depositados no Fundo Educação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Ao todo serão examinados 136 relatórios, distribuídos entre os quatro pesquisadores do projeto, de acordo com o período abarcado por cada um deles, além dos documentos do Fundo Educação. São fontes do tipo primária, produzidas pelo poder político instituído (presidentes de província e autoridades envolvidas com a instrução pública provincial), portanto os discursos nelas contidos serão analisados não como “[...] janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem [como] muros que obstruem a visão, como pensam os cétricos [...]”, mas como “espelhos deformantes” (GINZBURG, 2002, p. 44). Ou seja, esses documentos são entendidos como reflexos

de uma época (século XIX e início do XX), não apresentando essa época de maneira íntegra, mas fornecendo indícios, pistas e evidências por meios das quais serão reconstituídas as relações sociopolíticas do período estudado. Para a análise das *Memórias...* de Vasconcellos, esse mesmo olhar metodológico foi utilizado.

Essas pistas, por sua vez, serão reunidas no sentido da busca de conexões entre os atores envolvidos nas tramas entre política e instrução pública no oitocentos e início do novecentos. Nesse esforço, a prosopografia, ou a biografia coletiva, será de grande valia. Trata-se de um método que tem como princípio a busca da conexão de diferentes biografias, com a preocupação de levantar as características coincidentes de determinado grupamento em momento específico (HEIZ, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto está ainda em seu estágio inicial. O grupo, formado por orientador e três estudantes de pedagogia, dedicou boa parte dos primeiros meses deste ano à discussão de textos (CARVALHO, 2007; SIQUEIRA, 2011; PÍCOLI, 2009; CARVALHO, 2008) objetivando a apreensão de referências teóricas, metodológicas e historiográficas úteis para a investigação em tela. Apesar de ainda no início e com a preocupação voltada para a discussão teórica, a investigação já contemplou uma aproximação das fontes. A coleta de dados, seguindo uma ordem cronológica, iniciou-se com as *Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, escritas por Ignacio Accioli de Vasconcellos. Cabe informar que o texto consultado é uma versão transcrita por Fernando Achiamé e publicada pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em 1978. O texto original foi direcionado a Lucio Soares Teixeira de Gouvea, então Ministro da Justiça do Império do Brasil. De acordo com Achiamé, Vasconcellos nasceu na então capitania de Pernambuco no final do século XVIII, era bacharel em direito pela Universidade de Coimbra e ocupou cargos públicos no Brasil a partir da década de 1810. Ademais, no início de 1824 iniciou sua gestão como presidente da província do Espírito Santo, tendo ficado nesse cargo até 1828.

O olhar de Vasconcellos, portanto, era de alguém de fora que por seis anos dirigiu a província. Com a Independência, as antigas capitanias tornaram-se províncias e passaram a ser administradas por presidentes, nomeados pelo governo central do Império recém-inaugurado. O Bacharel, ex Juiz de Fora ² e ex Ouvidor da Capitania do Espírito Santo, foi o primeiro a ser nomeado presidente da província pelo Imperador, em 25 de novembro de 1823, de acordo com a ordem política estabelecida no pós-independência.. Dentre os diversos afazeres do governante, destacavam-se a tomada de medidas para a regulação da vida institucional do Espírito Santo, por meio da convocação das eleições para o Conselho Provincial, para deputados à Assembleia Geral e

² Ignácio Accioli foi Juiz de Fora nas vilas de Ilha Grande e Parati, de 1812 a 1816, e da Cidade de Cabo Frio e vila de São João de Macaé, a partir de 1817. Ocupou o cargo de Ouvidor da comarca da Capitania do Espírito Santo e, após a Independência, foi nomeado Presidente da Província capixaba.

também para Senadores do Império. Os problemas estruturais da província do Espírito Santo eram enormes e o presidente Accioli incomodava-se com a falta de recursos para prover os mestres com melhores vencimentos, enquanto as péssimas condições do Hospital Militar e a má qualidade das estradas ocasionavam crescentes transtornos (OLIVEIRA, 1975).

O relato de Vasconcellos referia-se aos primeiros anos da província do Espírito Santo no Império do Brasil. Na década de 1820, a província do Espírito Santo era um conjunto das vilas de Nova de Almeida, Vitória (capital), Espírito Santo, Guarapari, Nova Benevente, Itapemirim, São João da Barra, São Salvador dos Campos, Campos dos Goytacazes e todo um território em direção à Minas Gerais chamado, genericamente, pelos habitantes litorâneos de *sertão*, um amplo território formado por mata, quilombos, núcleos indígenas e alguns pontos militarizados que representavam a nascente autoridade imperial. Em 1822, as câmaras dessas vilas e a junta provisória de governo – um conselho de homens que governava a província, de acordo com o determinado pelas cortes lisboetas – acordaram em apoiar o projeto encampado por parte significativa da classe dominante brasileira no segundo semestre de 1822: a emancipação do Brasil frente a Portugal e a entrega do governo do novo país americano a um príncipe da monarquia lusitana.

Coube, portanto, ao presidente da província implementar esse projeto na província do Espírito Santo. A junta provisória governou até o início de 1824 e no dia 24 de fevereiro desse ano Vasconcellos começou seu mandato como primeiro presidente de província. Como já anunciado, o objetivo deste texto é analisar essa gestão específica com relação à instrução pública, por meio da discussão dos dados retirados de suas memórias. Nesses termos, nas linhas seguintes será feita uma análise geral do relato do governante e, posteriormente, a discussão específica dos dados relativos à instrução pública.

O relato inquirido está dividido em 26 eixos, que aqui são agrupados em seis temáticas gerais: 1) ESPAÇO E DEMOGRAFIA: *Limites; Sesmarias; Divisão do território; Povoação*; 2) NATUREZA: *Atmosfera; aspecto do país; Serras e Montes; Rios; Ilhas; Lagoas e Pântanos; Planícies, baldios e matas; Minas e pedreiras; Curiosidades naturais*; 3) OBRAS: *Fontes; Portos e enseadas; Estradas e canais*; 4) ECONOMIA: *Agricultura; Animais³; Manufatura; Construção naval; Artes e ofícios; Comércio; Pescarias*; 5) ESTADO: *Estabelecimentos públicos; Rendas públicas*; 6) *História*: Os termos em itálico são subtítulos usados pelo próprio Vasconcellos para dividir seu texto. Em caixa alta são classificações nossas para agrupar tematicamente o que é discutido pelo memorialista.

O que se nota, em rápido olhar, é a ausência de um subtítulo dedicado à instrução ou ensino. Essa não foi uma exclusividade do descritor, no relatório do presidente José Pires da Silva Pontes,

³ Refere-se à pecuária.

do ano de 1833, por exemplo, também dividido em subtítulos temáticos, não se encontra nenhuma referência à instrução pública. Contudo, observou-se que tal aspecto está presente no relatório de 1836 (assinado pelo presidente de província Joaquim José de Oliveira) e nos seguintes. Diante desse quadro, o que falar da instrução pública no Espírito Santo durante o governo de Ignacio Accioli de Vasconcellos (1824 a 1829), com base nas memórias por ele deixadas? Para tanto, será necessário analisar os rastros e indícios presentes na fonte em tela (GINZBURG, 2002). Ou seja, apesar de não dedicar uma subdivisão específica de sua obra à descrição da instrução pública na província do Espírito Santo, pistas sobre ela estão espalhadas em outros pontos do texto de Vasconcellos. Reunidas essas pistas, será possível a visão, ainda que desfocada, do primeiro governante do Espírito Santo imperial a respeito da instrução pública.

Logo no início das memórias, ainda na apresentação do relato ao destinatário (Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, Ministro da Justiça), Vasconcellos assim se referiu aos habitantes do Espírito Santo:

Da mesma estatística V Excia. conhecerá o estado miserável dos habitantes desta província, em conhecimentos próprios para o desempenho de tal obra: a falta de pessoas inteligentes nas câmaras, a quem recorri para as precisas noções, e a pouca clareza das notícias que pude obter sobre antiguidades, e mesmo sobre a localidade do país, motivaram a demora, e os defeitos que V. Excia. lhe notará; contudo, posso assegurar a V. Excia., que na triste colisão em que me achei, a estatística está com a exatidão possível (VASCONCELLOS, 1978, p. 15).

Essa fala de Vasconcellos logo no início de seu trabalho já prepara o leitor para a maneira como encara a província do Espírito Santo: uma terra de “indolentes” (VASCONCELLOS, 1978, f. P). Tal visão é confirmada logo no início das memórias, no subtítulo referente às *Fontes* de água: “A pouca cultura da província por pessoas de instrução tem sem dúvida obstado ao conhecimento das fontes, e da natureza de suas águas;” (VASCONCELLOS, 1978, f. A). Em sua retórica, a pouca instrução dos habitantes do Espírito Santo foi utilizada como justificativa para as imprecisões presentes no relato.

Por essas afirmações, percebe-se que, segundo Vasconcellos, a instrução pública era muito reduzida no Espírito Santo da segunda metade da década de 1820, o que pode ser comprovado com os dados apresentados aleatoriamente nos diferentes itens da memória. Quanto ao número de professores, o autor afirma que eram cinco de primeiras letras, sendo que um deles ensinava pelo método lancasteriano, tendo ele 36 discípulos “[...] e não obstante a sua excelência nem um tem saído pronto.” (VASCONCELLOS, 1978, f. P). Como se sabe, no método lancasteriano

[...] o ensino acontecia por ‘ajuda mútua’ entre alunos mais adiantados e alunos menos adiantados. Os alunos menos adiantados ficavam sob o comando de alunos-monitores, e estes, por sua vez, eram chefiados por um

inspetor de alunos (não necessariamente alguém com qualquer experiência com o magistério) que se mantinha em contato com o professor (GUIRALDELLI, 2009, p. 28).

De acordo com Ghiraldelli, tal método, estabelecido por lei imperial de 1827, era um sintoma da discrepância entre os objetivos propostos pela legislação educacional e as necessidades do país. A Constituição brasileira de 1824 possuía determinação específica relativa à instrução, fato presente no artigo 179, referente à *inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros...* em seus itens XXXII e XXXIII expõe a existência de escolas primárias, ginásios e universidades. A concretude, entretanto, era bem diferente disso (GUIRALDELLI, 2009).

O método lancasteriano foi adotado no Brasil graças à lei de 15 de outubro de 1827, um Decreto Régio. De acordo com Aranha, a implementação do método foi um fracasso, pois as dependências físicas não eram a contento para a realização das aulas (necessidades de salas amplas, por exemplo). Entretanto, essa legislação foi a “única que em mais de um século se promulgou sobre o assunto para todo o país e determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos” (ARANHA, 2006, p. 222-223). Por outro lado,

Mesmo com o advento dessa norma [lei de 1827], como não era obrigatória a conclusão do nível primário para se progredir para o secundário, quem podia, educava seus filhos em casa, com professores contratados especificamente para esse fim, ou se organizava em grupos familiares para contratação de um mestre que trabalharia em sua própria casa ou em outro lugar minimamente adequado. Para a maioria da população, preponderantemente analfabeta, restavam as escolas, sempre em pequena quantidade e desaparelhadas (DAMASCENO, 2017, p. 41-42).

Dessa forma, em termos nacionais, a instrução pública não era muito diferente daquilo que Vasconcellos constatou na província do Espírito Santo. Pensando em termos de alfabetização, não há dados sobre as taxas no Brasil ou nas províncias em específico para as primeiras décadas do século XX, contudo sabe-se que em 1872, meio século depois da independência, 82,3% da população brasileira era analfabeta (FERRARO e KREIDLOW, 2004). Aprofundando a comparação nacional/regional, o mesmo censo (o primeiro do país) que traz a mencionada porcentagem nacional, também informa a situação de cada uma das províncias.

Tabela 1 - Porcentagens de analfabetos por província em 1872

Província	Porcentagem
Sergipe	60,4
Paraná	71,1
Pará	73,2
Rio de Janeiro	74,2
Rio Grande do Sul	74,6
Maranhão	77,4
Mato Grosso	79,5
Bahia	79,7
Piauí	79,9
Pernambuco	80,4
Rio Grande do Norte	80,9
São Paulo	81,2
Brasil	82,3
Santa Catarina	83,5
Goiás	83,8
Minas Gerais	85,6
Alagoas	85,7
Amazonas	85,9
Espírito Santo	86,9
Ceará	87,0
Paraíba	87,1

Fonte: FERRARO, Alceu RAVanello; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil**: configuração e gênese da desigualdade regional. Educação e realidade. 29(2):179-200 jul/dez 2004. p. 192.

Com 86,9% de analfabetos, a província do Espírito Santo, cinquenta anos após a emancipação política nacional, não diferia da maioria das províncias e do quadro geral brasileiro. Nessa perspectiva, os estudos sobre a instrução nessas décadas apontam que os progressos entre 1822 e 1872 não foram robustos. De acordo com Ribeiro

“[...] a educação escolarizada [no Brasil imperial] não será vista como setor prioritário. Uma indicação disto está no fato de que após a abdicação de D. Pedro I (07-04-1831) é decretado o Ato Adicional à Constituição (1834), resultado do domínio de uma orientação descentralizadora (maior autonomia às províncias), e que diz em seu art. 10: ‘Compete às mesmas Assembleias (Legislativas Provinciais) legislar: [...] Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as

faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral. O curioso é que, pelo art. 83 da Constituição de 1824, ficava vedado às Assembleias Provinciais a proposição e deliberação sobre assuntos de interesse geral da nação. Isto parece indicar que a instrução, em seus níveis elementar e secundário, não era considerada como ‘assunto de interesse geral da nação’. Essa orientação continua vigorando mesmo após a Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840). [...] Não é, portanto, de se estranhar, levando-se em consideração tal contexto que a organização escolar brasileira apresente, na primeira metade do século XIX, graves deficiências quantitativas e qualificativas. Mesmo as ‘escolas de primeiras letras’ são em número reduzido, como limitado é o seu objetivo, seu conteúdo e sua metodologia. Elas enfrentam problemas dos quais se tem notícia através dos relatórios dos ministros da época: era difícil encontrar pessoal preparado para o magistério, havia completa falta de amparo profissional, fazendo da carreira algo desinteressante e não motivando um aprimoramento constante, a população era mínima. Em 1835 (Niterói), 1836 (Bahia), 1845 (Ceará) e 1846 (São Paulo) são criadas as primeiras escolas normais visando uma melhora no preparo do pessoal docente. São escolas de no máximo dois anos e em nível secundário.” (RIBEIRO, 1992, p. 46–47).

Diante desse quadro, é razoável afirmar que o Espírito Santo, na segunda metade da década de 1820, acompanhava a tendência nacional: quase totalidade da população analfabeta. Portanto, a fala de Vasconcellos apontando a falta de “pessoas de instrução” no Espírito Santo era generalizada em território nacional. Assim, tal território não configurava uma exceção, fazia parte da regra.

Voltando ao quantitativo docente apontado pelo autor das *Memórias*, que equivalia a cinco, o número ganha ainda mais destaque se comparado com o número de habitantes da referida província no ano de 1827. Nesse viés, de acordo com dados fornecidos pelo próprio Vasconcellos, havia 35.879 habitantes, fato que permite a conclusão de que escassos eram os professores para essa população, constatação comprovada pelas altas taxas de analfabetismo quase cinquenta anos depois, conforme discutido linhas acima. Nesse caso também se faz necessária uma comparação com a realidade nacional. Segundo Guiraldelli, um dos motivos para o fracasso do método lancasteriano foi justamente o número insuficiente de professores (GUIRALDELLI, 2009). Portanto, a província do Espírito Santo também seguia a tendência nacional em termos de instrução pública.

Continuando na busca pelas pistas deixadas por Vasconcellos sobre a instrução pública na província do Espírito Santo, na segunda metade da década de 1820, encontra-se a informação de que não havia “[...] estabelecimento algum de recreio, nem militar, nem seminário, nem casas de educação; há unicamente uma aula de gramática latina na capital em que se dão lições d’esta língua de manhã, e de tarde nos dias não feriados, e tem treze alunos.” (VASCONCELLOS, 1978, f. L). Essa informação é apresentada dentro da subdivisão *Estabelecimentos Públicos* e complementa a anterior referente ao pequeno número de professores na província, no sentido da restrita oferta de

instrução pública, o que não era exclusivo do Espírito Santo, mas generalizável a todo Império do Brasil. Por fim, Vasconcellos informa o valor dos ordenados dos professores, dado apresentado na seção *Renda Pública* (referente às entradas e às saídas de valores do caixa da administração pública do governo da província do Espírito Santo no ano 1827): o ordenado ao professor de gramática latina na vila de Vitória era de 300\$000 (trezentos mil réis); professor de primeiras letras pelo método lancastriano, por sua vez, recebia 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis). Nas vilas Guaraparim, Nova Almeida e Benevente, o ordenado dos professores era de 150\$ réis, recebendo o da vila do Espírito Santo o valor de 600\$000 (seiscentos mil réis) (VASCONCELLOS, 1978). Para o ano de 1827, o autor constatou uma arrecadação de 23:378\$000 (23 contos e 378 mil réis). Os valores de entrada e saída no orçamento da província, por sua vez, são anuais. Portanto, os valores apresentados nas linhas acima também são anuais. Nota-se que na capital da província (Vitória) e na vila contígua (Espírito Santo, atual cidade de Vila Velha), as remunerações eram muito maiores do que nas vilas mais distantes – Guaraparim, Nova Almeida e Benevente. O valor da remuneração dos docentes pode ser comparado ao preço de algumas mercadorias na região, conforme dados do próprio Vasconcellos, para se ter uma ideia do poder de compra do ordenado docente. Uma cabra ou cabrito, por exemplo, custava em média 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis), ou seja, quase dez vezes mais do que era pago anualmente aos professores das vilas mais distantes de Vitória. Já os porcos podiam ser vendidos por 8\$000 (oito mil réis) (VASCONCELLOS, 1978), muito acima das remunerações anuais dos professores das vilas de Guaraparim, Nova Almeida e Benevente. Uma comparação com o cenário nacional também permite uma iluminação da realidade da província do Espírito Santo.

Até o momento – e não é foco desta investigação, pois não há tempo hábil para isso – não houve uma busca pelos valores das remunerações dos professores em outras províncias brasileiras na segunda metade da década de 1820, entretanto, há estudos que indicam a baixa remuneração docente em território nacional no período indicado. Castanha, ao analisar a instrução pública elementar no Brasil Imperial após o ato adicional (1834), por meio da comparação entre as províncias do Paraná e Mato Grosso e com base nos regulamentos de instrução pública produzidas por ambas até 1880, conclui que no Império brasileiro os professores recebiam baixos salários, o que não estimulava as pessoas a entrarem no magistério. No caso do Mato Grosso, acontecia algo semelhante ao Espírito Santo: os professores da capital ganhavam mais do que os das freguesias e vilas. Ainda sobre aquela província, a fala de um inspetor de instrução pública em 1858 elucida as condições materiais dos professores no Brasil Imperial: “o magistério continuará a ser entre nós salvo poucas exceções o apanágio dos indivíduos que se reconhecem incapazes de ganhar a vida de outro modo” (CASTANHA, 2006, p. 50).

CONCLUSÕES

Diante do cenário revelado para a instrução pública do Espírito Santo da segunda metade da década de 1820 a partir da leitura própria do primeiro presidente provincial, Ignácio Accioli de Vasconcellos, percebe-se que essa região do Império Brasileiro, nesses anos, não destoava da realidade nacional: poucos e mal remunerados professores e ausência de uma estrutura educacional básica estabelecida, tendo como grande consequência as altas taxas de analfabetismo. O que o restante desta pesquisa elucidará nos próximos meses, por meio da análise dos demais relatórios de presidente de província e, depois, de Estado, é a transformação desse quadro no longo século XIX.

Vasconcellos, como um homem externo à província do Espírito Santo (oriundo de Pernambuco), membro da elite imperial brasileira, inicialmente formada em Coimbra, estava entre os construtores do Estado brasileiro, processo que se consolidou em meados do século XIX (CARVALHO, 1981). Era um letrado, formado em Direito Canônico naquela universidade. De acordo com Neves, o agrupamento político coimbrão presente no universo político luso-brasileiro de início da década de 1820 era “imbuído de um ideal reformador” e seus componentes “buscavam mudanças inovadoras, mas ao mesmo tempo queriam conservar o espírito das antigas estruturas econômico-sociais” (NEVES, 2003, p. 51). Além disso, os homens formados na Universidade de Coimbra no final do setecentos e primeiras décadas do oitocentos objetivavam manter o Brasil unido à civilização ilustrada europeia.

Bem longe dessa ilustração estava a grande extensão territorial e populacional brasileira, incluindo nessa extensão a província do Espírito Santo governada pelo ilustrado Vasconcellos durante o período de 1824 a 1829. Esse presidente encontrou homens que em sua maioria não haviam frequentado a Universidade de Coimbra, tendo formação superior no Brasil ou fora da academia, ocupando os cargos eclesiásticos, burocráticos e políticos do Espírito Santo. Estes são os informantes de Vasconcellos para escrita de suas memórias, conforme por ele anunciado no início do seu relato. Terminada sua gestão, entretanto, nada de substancial havia sido feito para que a instrução pública prosperasse na província do Espírito Santo. Ratifica-se que isso não era uma peculiaridade regional, esse esforço esteve ausente também nas outras províncias. O que esta investigação pretende em suas fases futuras, todavia, é construir uma trajetória das ações dos poderes instituídos na província do Espírito Santo de 1829 até 1930. Pelo exposto até aqui, a década de 1830 se iniciou com grandes demandas nessa área, e o esforço investigativo futuro é descobrir como os governos do Espírito Santo lidaram com essas demandas ao longo das décadas do longo século XIX.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é produto de projeto de pesquisa financiado com recursos aprovados no Edital FAPES/CNPq nº 4/2017.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da Educação**, Pelotas, p. 115-133, jan-jun, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/Goulart/Downloads/Dialnet-AInstrucaoPublicaEOEnsinoMutuoNoBrasil-4891743.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

CARVALHO, Carlos Henrique de. A História Regional: Dimensões possíveis para os estudos histórico-regionais. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, Nº 6, p. 51-69, jan/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/273>>. Acesso em maio de 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Carlos Henrique. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTANHA, André Paulo. Os professores do Brasil Imperial. **Educere et Educare Revista de Educação**, Cascavel, Vol. I, nº 1, p. 47-52, jan/jun, 2006. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/download/1002/854>. Acesso em Abr. de 2018.

CATANI, Denice Barbara. A escrita da História da Educação: distâncias e proximidades na apropriação de fontes e métodos no caso das produções de Portugal, França, Espanha e Brasil. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, p. 06-17, jan-abr, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/38457/20265>>. Acesso em fev. 2018.

COUTINHO, José Maria. **Uma História da Educação no Espírito Santo**. Vitória: DEC, 1993.

DAMASCENO, Alberto. A instrução no grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, . 37-64, Jan/mar, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40708>>. Acesso em Abr. 2018.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese da desigualdade regional. **Educação e realidade**, Porto Alegre, . 179-200, jul/dez, 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>>. Acesso em: maio 2018.

FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. **Poder e relações políticas na educação: o método lancasteriano no ensino público do espírito santo (1827 a 1860)**. 2015. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em História da UFES, Vitória, 2015.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 209.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HEIZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: REVAN; FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Oficinas do serviço gráfico do IBGE, 1975.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba : o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da UFES, Vitória, 2009.

QUEM SOMOS. Sociedade de Estudos do Oitocentos (SEO). Disponível em:
<<http://www.seo.uff.br/index.php/home/quem-somos>>. Acesso em: 01 de mar. de 2015.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12. ed. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880**. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da UFES, Vitória, 2011.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1978.